
PARA ALÉM DO IMAGINADO: OS NOVOS HOMENS NA LITERATURA DA EXPANSÃO

HELENA MARIA DE RESENDE*

RESUMO

A imagem dos homens que se vão descobrindo, desde África ao extremo – oriente, é uma criação dos portugueses e a fronteira que aqui se apresenta, é uma fronteira imaginada entre o homem civilizado, europeu, cristão e o homem novo que se descobre e se pensa, numa primeira análise, incivilizado, porque não europeu e não cristão. Através das palavras dos portugueses dos séculos XV e XVI, descobrimos o Outro Civilizacional e percebemos que a fronteira, afinal, não é assim tão rígida e o conceito de ‘civilizado’ ganha outra dimensão.

PALAVRAS-CHAVE: Portugal-Literatura-Expansão-Fronteiras-Cultura-Renascimento

ABSTRACT

The image of new individuals discovered, ranging from Africa to the Far East, is a creation of the Portuguese and the defined border is an imagined line (and, paradoxically, real though) that divides the civilized, European and Christian individual from the new individual found and considered, at first sight, as uncivilized, because he is non-European and non-Christian.

* CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores; Universidade Lusíada de Lisboa, Portugal. *E-mail*: 13000401@edu.ulusiada.pt.



Through the words of the Portuguese of the 15th and 16th centuries, we discover another civilization. We realize that, after all, the border is not so strict and the concept of ‘civilized’ acquires another significance. It is also by learning the Otherness that Europe rediscovers itself. Portugal plays an avant-garde and paramount role in this discovery, because at that time it was the only potency in contact with almost every continent.

KEYWORDS: Portugal-Literature-Expansion-Borders –Culture- Renaissance

A literatura da Expansão apresenta-nos vários tipos de fronteira: entre o conhecido, o desconhecido, o imaginado e aquilo que, nos séculos XV e XVI, se dá a conhecer do Mundo ao Mundo e, paralelamente ao derrubar de algumas fronteiras, criam-se outras, porque o olhar dos séculos XV e XVI é ainda um olhar distorcido, influenciado por uma época (a Medieval) e uma religião (o Cristianismo), sendo esta “o motor-chave da antropologia do século XVI”¹.

Assim, “a caracterização do Outro Civilizacional – [apesar de ser entendido como aquele que é diferente] – faz-se através dum jogo de semelhanças com o Mesmo”², e procuram-se analogias com o que se conhece, numa perspetiva, referenciada por Lucien Febvre, de que “a cor de uma epocalidade é uma determinada e determinante visão do mundo”³ e os portugueses da expansão “entendiam-se como portadores de uma matriz cultural perfeita e acabada, que devia ser transmitida aos outros na sua ‘pureza original’⁴.

¹ João Paulo Oliveira e Costa, *A Interculturalidade na Expansão Portuguesa (séculos XV- XVIII)* (Lisboa: ACIME, 2007), 71.

² Luís Filipe Barreto, *Descobrimientos e Renascimento-formas de ser e pensar nos séculos XV e XVI* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2^a ed.,1983), 102.

³ Fernand Braudel, *Civilisation materielle, économie et capitalism, XVe-XVIIIe siècle*, vol. II (Paris: Armand Colin, 1979), 410.

⁴ Oliveira e Costa, *Interculturalidade*, 18.

Portugal é o Mensageiro do Mundo⁵ que anuncia as novas novidades que se vão descobrindo através dos aventureiros que registam as mudanças e que, através do papel, nos falam da descoberta de novas naturezas humanas, privilegiando “vista e ouvido, os dois mundos percecionais do século XVI”⁶.

A Expansão portuguesa foi um processo multifacetado, que envolveu diversas dinâmicas mas que, na literatura, se pautou por um entendimento (dentro do possível) e um respeito pela diferença, o que permitiu que a humanidade tivesse uma visão mais acertada da diversidade do mundo.

Os apontamentos dos portugueses refletem duas realidades, uma dicotomia entre o saber livresco e o “saber de experiência feito”, num contexto cultural “que se debatia entre o recentíssimo valor da experiência e os dados da tradição medieval que construía uma visão geográfica do mundo condicionada pelas conceções bíblicas e de alguns autores antigos”⁷.

As visões dos portugueses aparecem em diversos tipos de documentação (relatos de viagens, crónicas, relatórios, cartas) e de autoria também muito diversificada (aventureiros, representantes régios, missionários, colonizadores, mercadores), apresentando as novidades antropológicas.

África é o espaço do mouro, do Infiel mas também de um novo homem- o negro – que se nos apresenta, de forma paradoxal, como um «velho» homem na medida em que o europeu já criara dele uma imagem (negativa), ainda antes de o conhecer diretamente e isto através de informações recolhidas no Mediterrâneo e no norte de África.

“Estes outros homens são ‘novos’, mas já são ‘velhos, antigos’, na medida em que são portadores de códigos nos quais foram socializados”⁸ e a cor que apresentam é significativa porque “não é indiferente que a cor

⁵ Luís Filipe Barreto, *Portugal: pioneiro do diálogo Norte/Sul* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988), 7.

⁶ António Ferronha, *Relação do reino do Congo e das terras circunvizinhas* (Lisboa: Publicações Alfa, 1989), 115.

⁷ Oliveira e Costa, *Interculturalidade*, 45.

⁸ Ferronha, *Relação do reino*, 117.

branca seja sinónimo de santificação (...) [e] o negro, sendo a privação do branco, caracteriza o mal”⁹.

O africano é o negro que vem já marcado pela cor – negra- associada ao que é mau e impuro, nas suas várias tonalidades: o baço, o pardo, que não era considerada cor de pele humana mas de animal:

“posto juntamente naquele campo, era uma maravilhosa cousa de ver [...] havia alguns de razoada brancura, fremosos e apostos; outros menos brancos, que queriam semelhar pardos; outros tão negros como etíopes tão desafeiçoados assim nas caras como nos corpos, que quase parecia, aos homens que os esguardavam, que viam as imagens do hemisfério de baixo”¹⁰.

O cronista principal dos primeiros tempos da Expansão portuguesa – Gomes Eanes de Zurara -, apesar de ser ainda um testemunho muito medieval, com um grande peso bíblico e aristotélico, com pouca ou nenhuma preocupação com a realidade etno-geográfica -, é uma fonte a ter presente nesta análise.

Zurara preocupa-se sobretudo em justificar a escravidão destes seres como necessária à libertação da alma e à libertação do estado de barbárie em que viviam, referindo-se como “da geração dos filhos de Adão” e

“assim que onde antes viviam em perdição das almas e dos corpos, vinham de todo receber o contrário: das almas, enquanto eram pagãos, sem claridade e sem lume da santa Fé; e dos corpos, por viverem assim como bestas, sem alguma ordenança de criaturas razoáveis [que vivem pela razão], que eles não sabiam

⁹ Ferronha, *Relação do reino*, 116.

¹⁰ Gomes Eanes de Zurara, *Crónica dos Feitos da Guiné* (Lisboa: Publicações Alfa, 1989), 57.

que era pão, nem vinho, nem cobertura de pano, nem alojamento de casa”¹¹.

São, para Zurara, estes os sinais da bestialidade do negro africano: o desconhecimento do pão e do vinho (alimentos simbólicos no mundo cristão), a habitação pobre e rudimentar, a nudez, e sobretudo o pior pecado, a ‘ociosidade bestial’, não se dedicando a um trabalho produtivo, constante mas apenas esporadicamente para a sua sobrevivência básica.

Luís de Cadamosto, navegador e explorador de Veneza, vários anos ao serviço do Infante D. Henrique, relata minuciosamente as suas aventuras, descrevendo o quotidiano das tribos, os costumes, o vestuário, a alimentação, o comércio, as relações sociais, económicas e políticas, apresentando mais um retrato etnográfico que antropológico.

Refere-nos já várias etnias: os azenegues (pardos) e os jalofos (negros) e, daqueles, refere hábitos curiosos como o facto de

“trazerem um lenço em torno da cabeça com uma ponta que lhes passa de través na cara, e assim cobrem a boca e parte do nariz: e dizem que a boca é uma feia coisa, pois continuamente deita umas ventosidades e mau fedor; que, portanto, se quer coberta. E não a querem mostrar. Quase a querer, salvo o devido respeito, comparar ao cu; e, por isso, estas duas partes devem-se cobrir”¹².

Apresenta os azenegues de forma depreciativa, “gente pobre e, sobretudo, mentirosos e ladrões como não há outros, e são grandes traidores” e as comparações com o que conhece são inevitáveis, quer nas semelhanças – “trazem cabeleira de cabelos anelados pelas costas abaixo, quase ao modo dos alemães” – quer nas diferenças – “(...) mas são de cabelos pretos e untam-se todos os dias com gordura de peixe, e cheiram muito mal (...)”

¹¹ Zurana, *Crónica*, 59.

¹² Damião Peres, org., *As viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra* (Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1988), 106.

também têm por costume que as suas mulheres sejam gordas e que sobretudo tenham grandes tetas”¹³.

O rio Senegal marca a distinção entre duas Áfricas e Cadamosto – testemunho presencial- aponta que os azenegues são pardos e estão separados dos negros precisamente por este rio, e espanta-se que “maravilhosa coisa me parece, que para cá do rio todos sejam negríssimos e muito pretos, grandes e gordos e bem constituídos; e para lá sejam os sobreditos azenegues pardos, enxutos e de pequena estatura”¹⁴.

A ausência de vestuário é amplamente referida mas considera que os mais bem posicionados socialmente já teriam consciência de que o vestuário era importante e que o seu uso marcava a diferença entre o que mandava e o que obedecia, uma vez que destaca que “quase todos andam nus (...) salvo que trazem um coiro de cabra posto em forma de braga com que cobrem as vergonhas; mas os senhores e aqueles que podem alguma coisa vestem camisas de pano de algodão”¹⁵.

O apreço pela água é algo comum a todos os novos homens que vamos encontrando e Cadamosto testemunha que se lavam quatro e cinco vezes ao dia, não obstante considerar que “no comer são porcalhões e sem nenhuma educação”¹⁶.

O retrato final que sai da pena deste aventureiro é um misto de crítica negativa e apreciação positiva, uma vez que considera estes povos faladores, mentirosos e enganadores mas também “caritativos, porque dão de comer e de beber a qualquer estrangeiro sem qualquer remuneração”¹⁷.

Um dos nomes mais importantes da cosmografia e da cartografia, um dos navegadores mais experientes da aventura portuguesa, autor de uma obra sem paralelo – *Esmeraldo de Situ Orbis* -, Duarte Pacheco Pereira, dei-

¹³ Ferronha, *Relação do reino*, 106.

¹⁴ Ferronha, *Relação do reino*, 115-116.

¹⁵ Ferronha, *Relação do reino*, 120.

¹⁶ Ferronha, *Relação do reino*, 121.

¹⁷ Ferronha, *Relação do reino*, 121.

xou-nos as primeiras descrições detalhadas de alguns dos povos com quem os portugueses contactaram.

Refere igualmente os jalofos e ainda os mandingas, indo ao encontro das ideias de Cadamosto quando refere que

“esta gente toda é viciosa, de pouca paz uns com os outros, e são muito grandes ladrões e mentirosos, que nunca falam verdades, e grandes bêbados e muito ingratos, que bem que lhe façam não no agradecem, e muito desavergonhados que nunca deixam de pedir”¹⁸.

Encontramos ainda referências a «homens fantásticos», que mais não seriam do que diversas espécies de macacos, animais ainda quase totalmente desconhecidos do europeu de então: “os moradores desta província têm rostos e dentes como cães, e rabos como de cão, e são negros e de esquiva conversação, que não querem ver outros homens”¹⁹.

Duarte Lopes, de origem judaica, está em África a partir de 1578, onde rapidamente conquista a amizade do rei do Congo e é na condição de embaixador do rei Álvaro I que se dirige em 1582, a Roma, e aí contacta com Filippo Pigafetta, a quem faz um relato do que tinha visto e ouvido nos anos que tinha vivido no reino congolês. Este matemático e explorador italiano redige a *Relação do Reino do Congo*, editada em 1591, em italiano, e logo depois traduzida para latim, francês, alemão e inglês, com ampla divulgação na Europa.

Os habitantes do reino do Congo são descritos como:

“negros, alguns menos, tirando mais a baço, e têm os cabelos crespos e negros, alguns também vermelhos, a estatura dos homens é de mediana grandeza, e tirando-se-lhe a cor negra, são parecidos com os portugueses: as pupilas dos olhos de desvaira-

¹⁸ Damião Peres, introdução e notas a *Esmeraldo de Situ Orbis por Duarte Pacheco Pereira*, 3ª ed. (Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1954), 17.

¹⁹ Peres, *Esmeraldo*, 107.

das cores, negras e da cor do mar, e os lábios não grossos, como os núbios e outros negros, e assim os seus rostos são cheios e subtis e váriscos como nestas regiões, não como os negros da Núbia e da Guiné, que são disformes”²⁰.

Da costa oriental africana, menciona ainda o império do Monomotapa, “grande e de gente infinita, gentia e pagã, de cor negra, muito animosa na guerra, de estatura média e veloz”²¹.

O fabulário medieval continua presente em muitos textos quinhentistas, sobrevivendo a par das “realidades” que se vão descobrindo, e Duarte Lopes avança com a descrição de um exército feminino do rei do Monomotapa, remetendo para as míticas amazonas:

“legiões femininas, muito estimadas do rei, e são o nervo das suas forças militares. Elas queimam com o fogo as mamas esquerdas, para que não lhes sirvam de embaraço ao dispararem as setas, segundo o uso das antiquíssimas Amazonas ...utilizam como armas arcos e flechas, sendo muito desenvoltas, rápidas e robustas, corajosas e mestras no assetear e, sobretudo, seguras e fortes no combater...têm do rei usufruto de certos territórios, onde vivem sozinhas, juntando-se com os homens, por algum tempo, escolhidos por elas, a seu prazer, para procriarem. E se parem machos, mandam-nos para as casas deles, e se forem fêmeas, guardam-nas consigo, para as exercitarem na guerra”²².

1500 marca oficialmente o início de um novo século e o descobrimento de um novo homem e de um Novo Mundo e é aqui, paralelamente à “descoberta” do oriente e do oriental, que se procura o Paraíso terrestre.

²⁰ Filippo Pigafetta e Duarte Lopes, *Relação do reino do Congo e das terras circunvizinhas* (Lisboa, Publicações Alfa, 1989), 15-16.

²¹ Pigafetta e Lopes, *Relação*, 121.

²² Pigafetta e Lopes, *Relação*, 101-102.

Nascido no Porto, Pêro Vaz de Caminha, cavaleiro das Casas dos Duques de Guimarães e de Bragança, acompanhou os reinados de Afonso V, D. João II e D. Manuel, Mestre da Balança da Moeda, homem instruído, a ele coube registrar o nascimento de uma nova terra, através da sua carta a D. Manuel sobre o Brasil.

No início do século XVI, o português possuía já informação sobre outros mundos e outras naturezas humanas (o africano e o oriental) e, da comparação que é feita, o índio brasileiro sai muito beneficiado, apresentando-se, pela cor e perfeição do corpo, pela amistosidade que revela e pela naturalidade com que anda nu, como puro, inocente, sem mácula, em estado natural. Aqui não há um referencial humano porque é uma humanidade intocada pelo muçulmano e verdadeiramente nova.

O primeiro contato revela o deslumbramento dos portugueses e Caminha registra que:

“A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem-feitos. Andam nus, sem coberta alguma Não fazem o menor caso de encobrir ou de mostrar suas vergonhas; e nisso têm tanta inocência como em mostrar o rosto. Ambos traziam os beiços de baixo furados e metidos neles uns ossos brancos (...) ali encaixados de tal sorte que não os molesta nem os estorva no falar, no comer ou no beber”²³.

As mulheres eram

“bem gentis, com cabelos muito pretos e compridos pelas espáduas, e suas vergonhas tão altas, tão cerradinhas e limpas das cabeleiras que, de muito as olharmos, não tínhamos nenhuma vergonha” e “uma daquelas moças era toda tingida, de baixo a

²³ Pero Vaz de Caminha, *Carta de Pero Vaz de Caminha a el-rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil* (Mem-Martins:Publicações Europa-América, 1987), 65.

cima daquela tintura; e certo era tão bem feita e tão redonda, e sua vergonha tão graciosa, que a muitas, que a muitas mulheres da nossa terra, vendo-lhe tais feições, fizera vergonha, por não terem a sua como ela”²⁴.

A nudez é aqui interpretada como sinal de inocência, de não corruptibilidade e estes novos homens não se encaixam em nenhuma das humanidades conhecidas sendo que

“o europeu é o símbolo civilizacional (...), o negro, a diferença completa, física e social; (...) o indígena brasileiro desconhece regras religiosas (...) e a sua ingenuidade é quase total”²⁵.

Essa ingenuidade e inocência é registada mas não é reconhecido ao índio o direito a permanecer nessa diferença e Caminha entende, desde logo, que é dever do rei português, cristão, levar até estes homens a palavra de Deus para os salvar da ignorância.

A relação idílica índio-europeu é muito evidente na Carta porque é um primeiro contato e ajuda a criar uma imagem de uma América paradisíaca, imagem que se vai esbatendo à medida que os contactos se intensificam e aprofundam. Quando passamos do descobridor e explorador para o conquistador e colonizador e quando as penetrações no interior – as entradas e as bandeiras – aumentam, revelam-se novas tribos, menos amistosas e menos inocentes.

A primeira história impressa do Brasil, redigida por Pero Magalhães de Gândavo, revela, cerca de meio século depois, um texto mais realista e

²⁴ Vaz de Caminha, *Carta*, 71-72.

²⁵ Maria Paula Caetano e Neves Águas, *Carta de Pero Vaz de Caminha a el-rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil* (Mem-Martins: Publicações Europa-América, 1987), 46.

reconhecem-se as diferenças entre as várias tribos, não obstante a indolência aparecer referenciada em quase todas:

“vivem muito descansados sem terem outros pensamentos, senão de comer, beber e matar gente e por isso engordão muito (...)a vida que buscam é à custa de pouco trabalho, e muito mais descansada que a nossa, porque não possuem nenhuma fazenda, nem procuram adquiri-la como os outros homens”²⁶.

O espírito supersticioso e crédulo do índio também é enfatizado:

“E muitas vezes pode neles tanto a imaginação, que se algum deseja a morte, ou alguém lhes mete na cabeça que há-de morrer tal dia...não passa daquele termo que não morra” e outras características são agora descobertas, afirmando que “são muito inconstantes e mudáveis: creem de ligeiro tudo aquilo que lhes persuadem por dificultoso e impossível que seja, e com qualquer dissuasão facilmente o tornam logo a negar”²⁷.

A inocência e a pureza dos primeiros tempos parecem estar perdidas mas, apesar de tudo, o índio brasileiro continua a causar espanto ao português que considera que na língua nativa faltam apenas 3 letras para atingir a civilização: F, L e R, porque não têm Fé, nem Lei nem Rei: “e desta maneira vivem desordenadamente sem terem além disto conta, nem peso nem medida”²⁸.

A verdade é que os índios tinham fé (mas não a cristã), praticando religiões antropomórficas; tinham códigos de conduta (regras) e uma hie-

²⁶ Pero Magalhães de Gândavo, *História da Província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil* (Lisboa: Biblioteca Nacional, 1984), 33-33vº.

²⁷ Magalhães de Gândavo, *História*, 36 e 33vº.

²⁸ Magalhães de Gândavo, *História*, 33vº.

rarquia política, militar e religiosa, distinta da realidade europeia e por isso não aceite como tal.

A antropofagia (canibalismo) não é facilmente compreendida ou aceita e a crueldade com que tratam os cativos arrepiam Gândavo, que regista que

“não tão somente lhe dão cruel morte (...) mas ainda depois disso, por se acabarem de satisfazer lhe comem todos a carne, usando nesta parte de crueldades tão diabólicas que ainda nelas excedem aos brutos animais que não têm uso da razão”²⁹.

Outra visão religiosa é a do padre Fernão Cardim, jesuíta, que é, naturalmente, condenatória das práticas antropofágicas, não entendendo a ligação com a honra do guerreiro (tanto do vencido como do vencedor) mas referindo já que os próprios cativos aceitavam este destino pois “alguns andam tão contentes com haverem de ser comidos, que por nenhuma outra via consentiram ser resgatados para servir, porque dizem que é triste coisa morrer, e ser fedorento e comido de bichos”³⁰.

É verdade que, na multiplicidade de tribos que existem no Brasil, a prática do canibalismo não é comum a todas, não sendo um costume generalizado, mas naquelas que o têm, o conflito com os portugueses, sobretudo com os missionários, é imediato.

Salientamos que o europeu do século XVI classifica consoante o que conhece e tende a rotular de anormal ou selvagem tudo aquilo que escapa à sua compreensão e entendimento, e o que não se consegue enquadrar em esquemas e estruturas mentais bem delineadas é considerado como inferior, e a alterar.

O oriental é o novo homem mais amplamente referido nas fontes documentais do século XVI e isto deve-se não só à diversidade dos povos que

²⁹ Magalhães de Gândavo, *História*, 37vº.

³⁰ Fernão Cardim, *Tratados da Terra e da Gente do Brasil*, 2ª ed., série V, vol. 168 (São Paulo: Editora Nacional, Biblioteca Pedagógica Brasileira, 1925), 160.

habitam na zona do Índico (desde o Mar Vermelho e Golfo Pérsico até Malaca, Golfo de Bengala e Molucas) mas também devido ao fascínio que exerce sobre o ocidente.

As informações resultam, quase sempre, de testemunhos presenciais e tendem a ser cada vez mais objetivas, não obstante a sobrevivência do fantástico nos textos do século XVI.

Aventureiro, embaixador português na Abissínia, capitão das Molucas, António Galvão deixou-nos o *Tratado dos Descobrimentos*, redigido de forma imparcial, sem críticas ou dúvidas, mas permitindo o acesso a lendas, crenças e histórias míticas.

Por exemplo, em relação às Molucas, refere que aí encontrou “uns homens com esporões nos artelhos como galos e o rei de Tidor disse-me que na ilha de Gilolo os havia com rabo”³¹.

Duarte Barbosa, muito provavelmente familiar de Fernão de Magalhães, com quem navegou, parte muito novo para o oriente e aí recolhe material para a sua obra, com informação variada. Em relação ao Guzerate, por exemplo, descreve uma casta de indivíduos que são “homens que não comem pescado nem menos carnes, nem nenhuma coisa que morra, nem matam nenhuma coisa nem a querem ver matar... procuram mesmo não pisar as formigas e não matam os piolhos”³².

Regista ainda o costume (bárbaro, segundo ele) de enterrar ou queimar viva a esposa quando o marido falece (quando são de elevada condição social), prática que muito o choca.

No reino de Bisnagá, descreve os habitantes como

“homens baixos, quase brancos, de cabelos compridos, corredios, pretos...de mui boas estaturas e de nossa própria fisionomia.

³¹ António Galvão, *Tratado dos Descobrimentos* (Lisboa: Publicações Alfa, 1989), 54-55.

³² Duarte Barbosa, *Livro do que viu e ouviu no oriente Duarte Barbosa*, (Lisboa: Publicações Alfa, 1989), 34-35.

“Suas mulheres são muito bem ataviadas” e têm gosto em usar pequenos fios de ouro com brincos no nariz”³³.

Na Ilha de Ceilão, destaca a vida calma e aprazível dos seus habitantes

“assim mouros como gentios, são grossos e muito bem apessoados, são baços, quase brancos. Pela maior parte, são barrigudos, muito viçosos. Não entendem em feito de armas nem menos as têm. São todos mercadores. São dados a levar muito boa vida”³⁴.

E ainda, de Malaca, “são homens muito dispostos (...),homens luzidios e galantes e músicos e namorados”³⁵.

Outro português, Tomé Pires, boticário, ocupou cargos importantes no oriente, sempre relacionados com a sua profissão: escrivão da feitoria, contador e vedor das drogas (em Malaca) e foi o autor da *Suma Oriental*, o mais antigo e extenso relato sobre o oriente redigido por um português e que contém a primeira descrição europeia da Malásia.

A obra é notável pelo cunho de veracidade imposto pelo autor e contém informação variada de geografia, etnografia e botânica, por exemplo, desde o Mar Vermelho ao Japão e é, conjuntamente com os escritos de Duarte Barbosa, uma “enciclopédia para os humanistas”, e uma das primeiras “geografias europeias sistemáticas e globais da Ásia”³⁶, e os seus autores são pioneiros na difusão, na Europa, da “primeira imagem do ‘outro civilizacional’ verdadeiramente renascentista, porque liberta dos mitos e da carga filosófico-religiosa da medievalidade”³⁷.

Em relação ao extremo oriente, as informações circulam pela Europa medieval muito antes da chegada dos portugueses a este cenário,

³³ Barboda, *Livro*, 67.

³⁴ Barboda, *Livro*, 125.

³⁵ Barboda, *Livro*, 146.

³⁶ Luís Filipe Barreto, *Lavrar o Mar. Os portugueses e a Ásia c.1480-c.1630* (Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000), 70-71.

³⁷ Oliveira e Costa, *Interculturalidade*, 60.

com imagens de uma China fantástica e sumptuosa e de um Japão quase desconhecido.

O fascínio é o que marca os primeiros relatos de viajantes europeus, destacando-se Marco Polo que, no século XIII, percorre vastas zonas do território asiático, passando as suas aventuras para a escrita, pela mão de Rusticello de Pisa, e que vão circular pelo Velho Mundo, criando a ideia de uma China grandiosa, vasta e magnificente.

Após a ligação marítima alcançada por Gama, e sobretudo depois da conquista de Malaca (1511), a curiosidade portuguesa aumenta e o acesso ao extremo oriente é facilitado. O Índico e as zonas próximas atraem as atenções de um ocidente velho e empobrecido, através de relatos da existência de ilhas e terras misteriosas, possuidoras de metais preciosos, especiarias, homens e animais pavorosos.

Aqui reencontramos o boticário Tomé Pires, como representante diplomático de Portugal na China, território para onde parte em 1517, aí tendo permanecido o resto da sua vida, apresentando os seus habitantes, os chins, como são então conhecidos na Europa, como “gente branca, da nossa alvura (...) têm um jeito de alemães (...) usam na barba trinta a quarenta cabelos. Calçam sapatos franceses, de ponta de ladrilho, muito bem feitos”³⁸.

A alimentação incluía tudo, não excluindo, por exemplo, as vacas como na Índia, e

“gabam muito o nosso vinho (...) comem com dois paus e porcelana na mão esquerda (...) as mulheres parecem castelhanas (...) trazem todas abanos nas mãos. São da nossa altura e delas têm os olhos pequenos e outras grandes e narizes como hão-ser”³⁹.

As analogias com o que se conhece são recorrentes, procurando-se pontos de afinidade com os habitantes do mundo ocidental, mas a xeno-

³⁸ Tomé Pires, “Suma Oriental”, in *Mundos Novos do Mundo*, ed. Banha de Andrade, vol. I (Lisboa: Junta de Investigação Ultramarina, 1972), 611.

³⁹ Pires, “Suma Oriental”, 612.

fobia chinesa é já referenciada, dificultando o relacionamento com os estrangeiros e é uma das causas para o fracasso da embaixada, acentuando o isolamento da China até meados do século XVI, não obstante a existência de aventureiros que arriscam a vida no contrabando.

Galiote Pereira é um exemplo destes portugueses aventureiros, filho do alcaide – mor de Arraiolos, embarca para o oriente em 1534, como soldado-mercador e encontramos-lo a acompanhar Diogo Pereira ao Sião ao 1548. É capturado nos mares da China e, após algumas peripécias, consegue fugir e chega a Sanchoão precisamente no ano em que morre Xavier (1552). Foi ainda capitão de Damão e morre em data desconhecida, deixando-nos o *Tratado da China*, primeiro testemunho de um europeu (não religioso) sobre a China, a seguir a Marco Polo.

Considera os chineses como “os maiores comedores do mundo, e comem tudo, em especial de porco, e quanto mais gordo tanto menos os enfastia (...) comem toda a outra sujidade, cães, gatos, sapos, cobras, ratos (...)”⁴⁰.

Um dominicano de Évora, Frei Gaspar da Cruz, encontrava-se no oriente desde meados do século XVI, e a visita que faz à China leva à redação das *Cousas da China e do Reino de Ormuz*, cujo estilo, tendo em conta que sai da mão de um religioso, é leve mas extremamente cuidado e é o primeiro livro exclusivamente dedicado à China a ser impresso na Europa (c. de 1570).

O peso da condição religiosa faz-se sentir quando enfatiza que “são eles mui entregues a se pagar de feitiçarias e nada fazem sem consultarem os feiticeiros e brâmanes que há no reino”⁴¹.

No entanto, aprecia a capacidade de trabalho e a aversão ao ócio dos chineses, escrevendo que “a gente ociosa nesta terra [é] muito aborrecida e muito odiosa aos demais e quem o não trabalhar, não o comerá”⁴².

O aspeto físico dos chineses impressiona-o, pela negativa, porque os considera feios, de olhos pequenos, rostos e narizes esmagados, desbar-

⁴⁰ Galiote Pereira, *Tratado da China* (Lisboa: Publicações Alfa, 1989), 19.

⁴¹ Gaspar da Cruz, *Cousas da China e do reino de Ormuz* (Lisboa: Publicações Alfa, 1989), 53.

⁴² Cruz, *Cousas*, 92-93.

bados mas elogia os penteados, apontando que os homens usam o cabelo comprido, muito bem penteado e preso no alto da cabeça e afirma que “têm idolatria no cabelo e por isso o criam tão comprido, tendo que por ele hão-de ser levados ao céu”⁴³.

O cotidiano e a educação que revelam é admirado e destacado:

“comerem em mesas altas, assentados em suas cadeiras, da nossa mesma maneira, e tudo limpo, posto que seja sem toalhas nem guardanapos, mas como tudo lhe[s] vem cortado à mesa, e terem por costume comerem com dois pauzinhos sem tocarem em nada com a mão, como nós com as colheres (...)” espantando-se que alguns criem “unhas muito compridas de meio palmo até palmo, as quais trazem muito limpas e estas unhas lhes servem de lugar de paus para comer”⁴⁴.

O interesse do dominicano vai ao ponto de referir que “são bons pintores, principalmente de pássaros e folhagens”, considerando-os “ardilosos e agudos em todas as coisas, porque têm uma grande viveza e engenho natural”⁴⁵. Partilha ainda uma peculiaridade, referindo que, às mulheres,

“desde meninas lhe apertam muito os pés com panos para que fiquem os pés muito pequenos e fazem-no porque têm os chinas por mais gentis mulheres as que têm os narizes e os pés pequenos (...) [mas, salienta], “isto todavia se usa na gente lustrosa e não na muito baixa”⁴⁶.

No que se refere ao Japão, as primeiras referências ao País do Sol Nascente no mundo ocidental, aparecem de forma fugaz e ambígua, nos rela-

⁴³ Cruz, *Cousas*, 106-107.

⁴⁴ Cruz, *Cousas*, 108-109.

⁴⁵ Cruz, *Cousas*, 112.

⁴⁶ Cruz, *Cousas*, 113.

tos de um geógrafo persa do século IX, e posteriormente com Marco Polo, que fornece informação breve e algo errónea, quer em relação à localização quer no que respeita às características, de um território que designa de Cipango.

A partir de meados do século XVI, com a chegada oficial dos portugueses ao Japão, as informações são mais constantes e precisas e um dos primeiros textos é da autoria do capitão Jorge Álvares. Encontramo-lo na China, por volta de 1543, e no Japão em 1547, provavelmente em companhia de Fernão Mendes Pinto e a sua obra – *Informação das Coisas do Japão* – resulta de um pedido do padre Francisco Xavier que lhe solicitara que passasse para o papel as suas impressões sobre o território, e que foi logo enviada para a Europa onde foi amplamente divulgada.

Esta é a primeira descrição vivencial produzida por um observador europeu e descreve a terra e os seus habitantes de forma muito pormenorizada, apresentando aquela como muito ventosa e cheia de tormentas, tremendo algumas vezes; e os «japões» como “gente de corpos refeita e mui rija para trabalho, branca de boas feições, sendo as mulheres muito bem proporcionadas e muito alvas (...) muito maviosas e meigas (...) e muito limpas”⁴⁷, espantando-se com a autonomia e liberdade femininas:

“As boas mulheres são muito veneradas de seus maridos; os maridos são mandados por elas. São mulheres que vão onde lhe vem a vontade, sem o perguntarem a seus maridos”⁴⁸.

A alimentação é sempre objeto de grande análise nos novos mundos pelas grandes diferenças que se vão encontrando e aqui também se fazem comparações:

⁴⁷ Jorge Álvares, “Informação das cousas do Japão” in *Os portugueses e o Japão no século XVI* (Lisboa: Ministério da Educação, 1990), 18.

⁴⁸ Álvares, “Informação”, 21.

“Comem no chão como mouros e com paus como chins”, bem como em relação ao comportamento no geral pois os japoneses “estimam muito falar manso; e têm-nos a nós (bárbaros do sul) por destemperados porque falamos rijo”⁴⁹.

A origem modesta de Fernão Mendes Pinto não o impediu de ser um dos vultos mais importantes da aventura expansionista, tendo passado mais de 20 anos da sua vida pelos mundos do oriente e do extremo oriente, suportando inúmeros perigos e provações, como aliás ele próprio afirma na *Peregrinação*:

“fui 13 vezes cativo e 17 vendido nas partes da Índia, Etiópia, Arábia Feliz, China, Tartária, Macáçar, Samatra e outras muito províncias daquele oriental arquipélago dos confins da Ásia, a que os escritores chins, siameses, guéus, léquios, chamam em suas geografias, a pestana do mundo”⁵⁰.

Rotulado de fantasioso, mentiroso, exagerado, a verdade é que Pinto nos apresenta civilizações extraordinárias, em dimensão e em qualidade, e deixa transparecer uma admiração enorme sobretudo pela cultura chinesa (a parte da China ocupa quase metade da obra), mas também pelo mundo nipónico. O seu texto, que permite uma multiplicidade de leituras, é um dos mais ricos e significativos da literatura portuguesa, verdadeiro representante do humanismo universalista português.

O português não critica e raramente emite juízos de valor, registrando as diferenças, e

“os japoneses que Fernão Mendes Pinto põe em ação nas páginas da *Peregrinação* (...), são uma gente amável, que gosta de conviver, dotada de uma extraordinária facilidade de assimilação perante

⁴⁹ Álvares, “Informação”, 19.

⁵⁰ Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação e Cartas*, vol. I, (Lisboa: Edições Afrodite, 1989), 2.

as novidades que lhe chegam pela mão dos estrangeiros que acolhe sem reserva nem desconfiança”⁵¹.

A mesma postura – com algumas limitações – é seguida por Luís Fróis, jesuíta, que viveu mais de 20 anos no Japão (onde acabou por falecer) e conheceu de perto a realidade nipónica.

O Japão do século XVI era muito mais acessível à Europa do que a China e, nos textos de Fróis, as fronteiras esbatem-se com mais facilidade mas prevalecem, nalgumas análises, a figura do religioso: nos inconvenientes que encontra na liberdade da mulher japonesa, por exemplo, e na pouca importância que dão aos afetos e laços familiares, sobretudo porque o choça muito a prática (generalizada) dos abortos e infanticídios.

Na análise comparativa que faz, reflete que “na Europa, a honra e o bem supremo das mulheres são o pudor e o claustro inviolado da sua pureza; as mulheres de Japão não ligam nenhuma à pureza virginal, e perdê-la não as desonra nem as impede de casar”⁵².

Em contraponto com a cólera e impaciência europeias, elogia a moderação, a calma e a reserva japonesas, não obstante não terem problema algum em matar alguém, manifestando-se intrigado com o temperamento nipónico, que nem sempre consegue apreender e compreender na sua real dimensão.

* * *

Verificamos que a expansão portuguesa não rompe só com limites físicos e geográficos, através do desbravar de terras e mares, mas também com as fronteiras do imaginário, contrapondo ideias e imagens criadas

⁵¹ Aníbal Pinto de Castro, “De Montemor-o-Velho às ilhas do Japão: a Peregrinação de Fernão Mendes Pinto e o encontro de culturas”, *Oceanos* 15 (1993): 42.

⁵² Luís Fróis, *Europa-Japão, um diálogo civilizacional no século XVI* (Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos portugueses, 1993), 68.

pelo medo do desconhecido com a realidade que se apresenta aos homens que chegavam às novas terras.

Ressalta da literatura portuguesa uma “etnografia prática”⁵³, utilitária mesmo, nas descrições das novas naturezas humanas, porque esse conhecimento era necessário e útil à compreensão do Outro e “os portugueses interessaram-se pelas sociedades descompartimentadas, porque desejavam estabelecer com elas relações comerciais e políticas”⁵⁴.

É uma realidade que o olhar do século XVI é ainda um olhar limitado, ambíguo e, por vezes até contraditório, “um olhar distorcido que traduz julgamentos generalizadores e mesquinhos, o que cria perturbações no olhar – é um olhar culturalmente confrontado”⁵⁵. Esta limitação resulta de condicionantes naturais, sendo os portugueses oriundos de um cenário cultural distinto, e de constrangimentos impostos pela condição de representantes – e praticantes – de uma religião que está agora em mudança.

No entanto, é através da escrita que nos fala dos limites entre o imaginário e o real, que conseguimos descobrir o Outro Civilizacional e percebemos que a fronteira, afinal, não é assim tão rígida, ganhando o conceito de civilizado outra dimensão, e a Europa abre-se assim para acolher os novos homens, diferentes e distantes mas, paradoxalmente, semelhantes e próximos. ■

⁵³ Oliveira e Costa, *Interculturalidade*, 53.

⁵⁴ Oliveira e Costa, *Interculturalidade*, 72.

⁵⁵ Ferronha, *Relação do reino*, 117.